

# JUSPREV

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo	Pag.
I - Balanço Patrimonial	2
II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	3
III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	4
IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	5
V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	6
VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	8 – 19



### I - Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	em R\$ mil		Passivo	em R\$ mil	
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior		Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Disponível	83	25	Exigível Operacional	1.475	867
			Gestão Previdencial	1.245	724
Realizável	232.733	183.778	Gestão Administrativa	230	143
Gestão Previdencial	113	112	Patrimônio Social	231.407	183.002
Gestão Administrativa	100	35	Patrimônio de Cobertura do Plano	231.323	182.480
Investimentos	232.519	183.631	Provisões Matemáticas	231.323	182.480
Fundos de Investimentos	232.519	183.631	Benefícios Concedidos	2.802	1.256
			Benefícios a Conceder	228.521	181.224
Permanente	66	66	Fundos	84	522
Imobilizado	66	66	Fundos Administrativos	84	522
<b>Total do Ativo</b>	<b>232.882</b>	<b>183.869</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>232.882</b>	<b>183.869</b>



Antonia Lella Neves Sanches  
Diretora-Presidente  
CPF 514.427.879-53



Marília Lima de Miranda  
Contadora - CRC - RJ-087217/O-1  
CPF 001.890.407-69

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas,



## II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Descri�o	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>183.003</b>	<b>143.676</b>	<b>27,37%</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>63.602</b>	<b>51.364</b>	<b>23,82%</b>
(+) Contribui�es Previd�nciais	46.386	33.416	38,81%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previd�ncial	13.529	14.141	-4,33%
(+) Receitas Administrativas	3.663	3.750	-2,33%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Administrativa	24	57	-58,23%
<b>2. Destina�es</b>	<b>-15.197</b>	<b>-12.038</b>	<b>26,25%</b>
(-) Benefícios	-11.073	-8.671	27,71%
(-) Despesas Administrativas	-4.124	-3.367	22,48%
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Patrim�nio Social (1+2)</b>	<b>48.405</b>	<b>39.326</b>	<b>23,08%</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	48.842	38.886	25,60%
(+/-) Fundos Administrativos	-437	440	-199,31%
<b>(B) Patrimônio Social no Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>231.407</b>	<b>183.003</b>	<b>26,45%</b>

  
 Antonia Lelia Neves Sanches  
 Diretora-Presidente  
 CPF 514.427.879-53

  
 Marlia Lima de Miranda  
 Contadora - CRC - RJ-087217/O-1  
 CPF 001.890.407-69

As Demonstra es Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas





### III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Descri�o	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>182.480</b>	<b>143.594</b>	<b>27,08%</b>
1. Adi�es	59.880	47.360	26,44%
(+) Contribui�es	46.351	33.219	39,53%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previd�ncial	13.529	14.141	-4,33%
2. Destina�es	-11.037	-8.473	30,26%
(-) Benefícios	-11.073	-8.671	27,71%
(-) Custeio Administrativo	36	198	-81,72%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	48.843	38.887	25,60%
(+/-) Provisões Matemáticas	48.843	38.887	25,60%
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>
<b>C) Fundos não previd�nciais</b>	<b>84</b>	<b>522</b>	<b>-83,89%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	84	522	-83,89%

  
 Antonia Lelia Neves Sanches  
 Diretora-Presidente  
 CPF 514.427.879-53

  
 Marília Lima de Miranda  
 Contadora - CRC - RJ-087217/O-1  
 CPF 001.890.407-69

As Demonstra es Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

#### IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>232.652</b>	<b>183.726</b>	<b>26,63%</b>
Disponível	68	18	276,96%
Recebíveis	198	635	-68,81%
Investimentos	232.386	183.073	26,94%
Fundos de Investimento	232.386	183.073	26,94%
<b>2. Obrigações</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>	<b>71,96%</b>
Operacional	1.245	724	71,96%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>84</b>	<b>522</b>	<b>-83,89%</b>
Fundos Administrativos	84	522	-83,89%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>

  
 \_\_\_\_\_  
 Antonia Lelia Neves Sanches  
 Diretora-Presidente  
 CPF 14.427.879-53

  
 \_\_\_\_\_  
 Marília Lima de Miranda  
 Contadora - CRC - RJ-087217/O-1  
 CPF 001.890.407-69

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas




**V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa  
Consolidado**

Descrição	em R\$ mil		
	Execício Atual	Execício Anterior	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>521</b>	<b>82</b>	<b>539,11%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.686</b>	<b>3.807</b>	<b>-3,16%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>3.686</b>	<b>3.807</b>	<b>-3,16%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	12	26	-53,20%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.407	1.273	10,49%
Receitas Diretas	2.238	2.428	-7,80%
Resultado Positivo dos Investimentos	24	57	-58,23%
Outras Receitas	5	23	-76,86%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>4.124</b>	<b>3.367</b>	<b>22,48%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>4.026</b>	<b>3.086</b>	<b>30,46%</b>
Pessoal e encargos	2.198	1.674	31,29%
Treinamentos/congressos e seminários	55	6	765,23%
Viagens e estadias	621	365	70,22%
Serviços de terceiros	423	336	26,02%
Despesas gerais	511	492	3,83%
Depreciações e amortizações	26	25	5,43%
Tributos	192	188	2,06%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>50</b>	<b>57</b>	<b>-13,26%</b>
Serviços de terceiros	50	57	-13,26%
<b>2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>48</b>	<b>224</b>	<b>-78,46%</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>-438</b>	<b>440</b>	<b>-199,54%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>-438</b>	<b>440</b>	<b>-199,54%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>84</b>	<b>521</b>	<b>-83,96%</b>

  
 Antonia Lelia Neves Sanches  
 Diretora-Presidente  
 CPF 514.427.879-53

  
 Marília Lima de Miranda  
 Contadora - CRC - RJ-087217/O-1  
 CPF 001.890.407-69

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas


## VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	<b>232.567</b>	<b>183.204</b>	<b>26,94%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>2.802</b>	<b>1.256</b>	<b>123,01%</b>
Contribuição Definida	2.802	1.256	123,01%
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>228.521</b>	<b>181.224</b>	<b>26,10%</b>
Contribuição Definida	228.521	181.224	26,10%
Saldo de contas - parcela participantes	228.521	181.224	26,10%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>	<b>71,96%</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>	<b>71,96%</b>

  
 \_\_\_\_\_  
 Antonia Lelia Neves Sanches  
 Diretora-Presidente  
 CPF 514.427.879-53

  
 \_\_\_\_\_  
 Marília Lima de Miranda  
 Contadora - CRC - RJ-087217/O-1  
 CPF 001.890.407-69

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas






# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

---

### Nota 1 – Contexto Operacional

O Fundo De Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça – JUSPREV, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma fundação nos termos do art. 202 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, através do ofício nº 1.416 de 14 de agosto de 2007, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. São instituidores do JUSPREV, as Associações do Ministério Público e da Justiça e ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil constantes dos termos de adesão, instituidores do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS-PLANJUS, autorizado a funcionar a partir de 05 de agosto de 2008, através do ofício nº 2.434 SPC/DETC/CGAF de 10 de julho de 2008.

O JUSPREV tem sede e foro na Rua Mateus Leme, 2018, térreo, Centro Cívico de Curitiba - PR, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O JUSPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios, quanto ao participante: (a) Renda Mensal Programada; (b) Renda Mensal Diferida; e (c) Renda Mensal por Invalidez. Quanto aos beneficiários: (a) Renda Mensal por Morte de Participante Ativo, Ativo Vinculado e Ativo Remido; (b) Renda Mensal por Morte de Assistido; e (c) Renda Mensal Educacional.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo JUSPREV com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

### Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)**

---

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A estrutura contábil está segregada em três atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

- **Gestão Previdencial** – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefício previdenciários.
- **Gestão Administrativa** – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas.
- **Fluxo de Investimentos** – grupo de contas contábeis destinados ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da gestão Previdencial e da gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

**I - Balanço Patrimonial** – Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de Ativo, Passivo e Patrimônio Social, ao final de cada exercício.

**II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** – Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social ao final de cada exercício.

**III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)** – Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

**IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)** – Tem como finalidade demonstrar a posição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

**V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)** – Tem como finalidade demonstrar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)**

---

**VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)** – Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### **Nota 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

O resumo tem como objetivo explicar a forma de contabilização das operações e o que representam os valores relativos aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nas diversas contas patrimoniais.

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A contabilidade do JUSPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O JUSPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano instituído, são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como legislação pertinente estão resumidas a seguir:

#### **3.1 – Apuração do Resultado**

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

#### **3.2 – Realizável**

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

---

### 3.3 – Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

### 3.4 – Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### a) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

#### b) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

#### 3.4.1 – Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

#### 3.4.2 – Rateio das Despesas Administrativas





# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

### 3.4.3 – Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

## Nota 4 – Demonstrações Contábeis

### 4.1 – Ativo

#### 4.1.1 – Disponível

Disponibilidade são os recursos financeiros que se encontram à disposição da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em espécie e os depósitos bancários à vista. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Imediato</b>	<b>83</b>	<b>25</b>
Caixa Geral Administração	5	3
Bancos conta movimento	78	22
Bradesco	58	-
Banco do Brasil	5	1
SICREDI	14	19
Itaú	1	1

#### 4.1.2 – Realizável

##### 4.1.2.1 – Gestão Previdencial

Os saldos em outros realizáveis da gestão Previdencial referem-se a custeio administrativo insuficiente no ano, Imposto de Renda a Recuperar sobre recolhimento a maior e benefícios pago a maior. Em 2018 e 2017 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Total Previdencial</b>	<b>113</b>	<b>112</b>
Custeio administrativo antecipado	88	88
<b>Outros realizáveis</b>	<b>25</b>	<b>24</b>
Pagamentos indevidos de resgates e benefícios	7	6
IRRF a compensar	18	18

##### 4.1.2.2 – Gestão Administrativa



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

Registra os recursos a receber do PGA junto a terceiros, impostos a compensar, cobrança indevida no cartão de crédito, antecipação de pagamento da fatura cartão de crédito, apresentam os seguintes saldos em 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
<b>Total Administrativo</b>	<b>100</b>	<b>8</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
Adiantamento de férias	5	0
Integralização de Cotas	1	1
Reembolso de despesas	0	1
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>56</b>	<b>5</b>
Pagamentos indevidos	37	0
Impostos a compensar	18	5
<b>Pagamentos Antecipados</b>	<b>38</b>	<b>0</b>

### 4.1.2.3 – Investimento

Em 31 de dezembro de 2018, o JUSPREV possuía em sua carteira, títulos para negociação ajustados ao valor de mercado, e títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Ativo	Indexador	Compra	Vencimento	Financeiro	Taxa % a.a.
NTN-B	IPCA	09/11/2015	15/08/2020	3.170.985,67	7,169019%
NTN-B	IPCA	09/11/2015	15/08/2022	5.871.549,07	7,429005%
NTN-B	IPCA	11/11/2015	15/05/2023	5.757.869,06	7,349002%
NTN-B	IPCA	11/11/2015	15/05/2035	5.776.273,90	6,999007%
NTN-B	IPCA	11/11/2015	15/05/2023	1.422.779,65	7,379014%
NTN-B	IPCA	18/11/2015	15/05/2023	6.096.899,63	7,184469%
NTN-B	IPCA	01/12/2015	15/08/2022	1.664.139,76	7,521287%
NTN-B	IPCA	01/12/2015	15/08/2022	585.530,66	7,521287%
NTN-B	IPCA	14/12/2015	15/05/2035	280.387,57	7,309011%
NTN-B	IPCA	21/12/2015	15/05/2035	997.015,76	7,439375%
NTN-B	IPCA	29/12/2015	15/05/2035	559.259,99	7,337534%
NTN-B	IPCA	29/12/2015	15/05/2035	139.815,00	7,337534%
NTN-B	IPCA	30/12/2015	15/05/2045	1.085.258,86	7,317647%
NTN-B	IPCA	13/01/2016	15/05/2035	629.020,28	7,340002%
NTN-B	IPCA	11/02/2016	15/05/2035	1.918.249,52	7,399007%
NTN-B	IPCA	01/03/2016	15/05/2045	81.795,67	7,275516%
NTN-B	IPCA	01/03/2016	15/05/2045	1.172.404,58	7,275516%
NTN-B	IPCA	01/03/2016	15/05/2045	190.856,56	7,275516%
NTN-B	IPCA	16/03/2016	15/08/2050	1.307.554,99	6,818691%
NTN-B	IPCA	29/03/2016	15/05/2023	3.578.424,10	6,375991%
NTN-B	IPCA	29/03/2016	15/05/2055	4.4736.464,19	6,377831%
NTN-B	IPCA	29/03/2016	15/05/2023	941.005,55	6,396001%
NTN-B	IPCA	31/05/2017	15/08/2026	1.574.635,12	5,645900%
NTN-B	IPCA	22/11/2016	15/05/2021	946.025,49	6,408331%
NTN-B	IPCA	29/11/2017	15/05/2035	10.275.865,27	5,284124%
NTN-B	IPCA	19/06/2018	15/05/2055	1.291.887,02	5,909007%
NTN-B	IPCA	22/08/2018	15/08/2030	2.102.590,74	5,649010%
NTN-B	IPCA	24/12/2018	15/08/2024	1.349.392,52	4,469006%



# Notas Explicativas às Demonstrações

## Contábeis

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

NTN-B                      IPCA                      24/12/2018                      15/05/2045                      1.342.268,76                      5,019002%

Em 31 de dezembro os investimentos apresentam os seguintes saldos:

Investimentos	2018	Distrib. %	2017	Distrib. %
<b>Investimentos</b>	<b>232.519</b>	<b>100,00</b>	<b>183.631</b>	<b>100,00</b>
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>232.519</b>	<b>100,00</b>	<b>183.631</b>	<b>100,00</b>
Referenciado	0	0,00	445	0,24
Icatu Vanguarda GOLD *	0	0,00	445	0,24
Multimercado	232.519	100,00	183.186	99,76
Icatu Vanguarda JUSPREV **	81.532	35,06	62.987	34,30
JUSPREV FI Multimercado	72.373	31,13	61.256	33,36
Sul America JUSPREV	78.614	33,81	58.943	32,10

\*O fundo Bradesco FI Referenciado DI, foi substituído pelo fundo Icatu Vanguarda GOLD em 2017

\*\* O fundo Bradesco JUSPREV FIC de FI Multimercado, foi substituído pelo fundo Icatu Vanguarda JUSPREV (exclusivo) em 2017

#### 4.1.3 – Permanente

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC Nº 34, de 24 de janeiro de 2009.

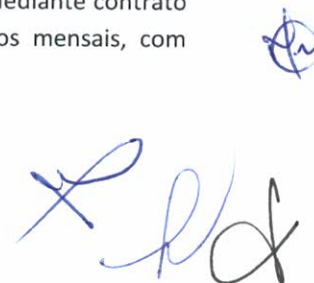
Permanente	2018	Acréscimos	Depreciação	2017
<b>Imobilizado</b>	<b>66</b>	<b>26</b>	<b>-25</b>	<b>66</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>-25</b>	<b>66</b>
Computadores	19	16	-6	10
Periféricos	6	2	-2	6
Sistema Operacional	0	-	-7	7
Móveis e Utensílios	34	8	-9	34
Máquinas e Equipamentos	7	-	-2	9

#### 4.2 – Passivo

##### 4.2.1 – Exigível Operacional

###### a) Gestão Previdencial

Corresponde a retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates e benefícios mensais, com vencimento em janeiro de 2019:



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)**

Descrição	2018	2017
<b>Exigível Previdencial</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>
IRRF s/ Benefícios de Renda Mensal	15	7
IRRF s/ Resgates	196	147
Mongeral Aegon Seguros Privados	1.026	558
Créditos Indevidos de Contribuições	8	12

## b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher a vencerem em janeiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
<b>Exigível Administrativo</b>	<b>230</b>	<b>143</b>
Encargos	7	5
Provisão para férias	120	77
Fornecedores	3	2
Compromissos a pagar	34	3
Retenções a recolher	42	40
PIS	2	2
COFINS	15	11
TAFIC	8	3

## 4.3 – Patrimônio Social

### 4.3.1 – Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS-PLANJUS.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresentam em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os seguintes saldos:



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

Descrição	2018	2017
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b><u>231.323</u></b>	<b><u>182.480</u></b>
Provisões Matemáticas	231.323	182.480
Benefícios concedidos	2.802	1.256
Contribuição Definida	2.802	1.256
Benefícios a conceder	228.521	181.224
Contribuição Definida	228.521	181.224

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

De acordo com o artigo 3º da Instrução PREVIC nº 12 de 13 de outubro de 2014, a Entidade fica dispensada de encaminhar a Demonstração Atuarial - DA para à PREVIC, devido ao plano de benefícios ser constituído na modalidade contribuição definida.

### 4.3.2 – Fundos

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta o seguinte saldo:

Fundo	2018	2017
<b>Fundo Administrativo</b>	<b><u>84</u></b>	<b><u>522</u></b>
Cobertura do Ativo Permanente	66	66
Sobrecarga Administrativa	18	456

## 4.4 – Resultado das Operações

### 4.4.1 – Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

#### I. Adições

Representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Contribuições – representam as contribuições (adições) recebidas na gestão previdencial;

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

Fluxo dos Investimentos – representa o resultado positivo dos investimentos.

### II. Deduções

Representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Benefícios de Prestação Continuada, Resgates, Portabilidade, Pecúlio e outras Deduções – representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios da gestão previdencial;

Recursos Oriundos do PGA – representa valores transferidos do plano de gestão administrativa para o custeio do plano de benefícios dos empregados da Entidade;

Cobertura de despesas Administrativas – representa o valor transferido para o plano de gestão administrativa para a cobertura de despesas administrativas.

Descrição	2018	2017
(+) Adições	46.350	33.219
Contribuições	46.350	33.219
(-) Deduções	-11.072	-8.671
Benefícios de Prestação Continuada	-440	-241
Resgates	-5.369	-4.079
Portabilidade	-455	-337
Pecúlio	-269	-
Outras deduções	-4.539	-4.014
(+/-) Cobertura/reversão de despesas administrativas	36	198
Recursos Oriundos do PGA	48	224
Contribuições/Reembolsos	-12	-26
(+/-) Fluxo dos investimentos	13.529	14.141
<b>Constituição/reversão de provisões atuariais</b>	<b>48.843</b>	<b>38.887</b>

### 4.4.2 – Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre algumas contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento das aplicações dos recursos do fundo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre as gestões. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

#### 4.4.2.1 – Custeio da Gestão Administrativa

##### 4.4.2.1.1 – Receitas

a) Taxa de carregamento



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

Representa à taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos, conforme plano de custeio.

### b) Custeio Administrativos dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos previdenciais para cobertura das despesas administrativas dos investimentos. Para o exercício de 2018 foi aplicado 0,70% a.a. e 2017 foram aplicados 0,80% a.a. sobre os investimentos previdenciais.

### c) Receitas Diretas e Outras

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco.

### d) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Receitas</b>	<b><u>3.686</u></b>	<b><u>3.807</u></b>
Taxa de carregamento	12	26
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.407	1.273
Diretas e Outras Receitas	2.243	2.451
Resultado Positivo dos Investimentos	24	57

### 4.4.2.1.2 – Despesas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos.

#### a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

#### b) Administração Investimento

Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos.



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

Descrição	2018	2017
<b>Despesas</b>	<b>4.124</b>	<b>3.367</b>
<b>Administração Previdencial</b>	<b>4.026</b>	<b>3.086</b>
Pessoal e Encargo	2.198	1.674
Treinamentos/Congressos e Seminários	55	6
Viagens e Estadias	621	365
Serviços de Terceiros	423	336
Despesas Gerais	511	492
Depreciações e Amortizações	26	25
Tributos	192	188
<b>Administração Investimento</b>	<b>50</b>	<b>57</b>
Serviços de Terceiros	50	57
<b>Reversão de recursos para plano de benefícios</b>	<b>48</b>	<b>224</b>

## Nota 5 – Investimentos

A administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de investimentos da Entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados - CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

### 5.1 – Fluxo dos Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos, é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
(+) Rendas/Variações Positivas/Negativas	14.960	15.471
(-) Cobertura Despesas Administrativas de Investimento	1.407	1.273
= Apuração do Fluxo dos Investimentos	<u>13.553</u>	<u>14.198</u>
Gestão Previdencial	13.529	14.141
Gestão Administrativa	24	57



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

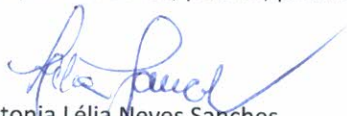
## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

### **Nota 6 – Rentabilidade do plano de benefícios**

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, obtida pela aplicação do patrimônio da Entidade, foram de 6,97% e 9,43% respectivamente, calculada com base na variação da cota.

### **Nota 7 – PIS e COFINS**

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).



Antonia Lélia Neves Sanches  
Diretora-Presidente  
CPF 514.427.879-53



Jair Eduardo Santana  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF 077.345.058-05



Marcio Humberto Gheller  
Diretor Jurídico e de Benefícios  
CPF 451.220.839-91



Marília Lima de Miranda  
Contadora - CRC – RJ-087217/O-1  
CPF 001.890.407-69